



IFRS | Obrigações

Modalidade EaD

Informações do curso

FIPECAFI

Apresentação do Curso

As mudanças introduzidas na contabilidade brasileira a partir de 2008 com a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais (IFRS) trouxeram um desafio muito grande a todos aqueles envolvidos com informações financeiras no país.

A fim de atender a uma necessidade cada vez maior de formação e atualização nessa área, o Curso de IFRS - Obrigações na modalidade eLearning da FIPECAFI aborda as principais normas relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação das Obrigações de uma empresa. Iniciando com a Estrutura Conceitual da Contabilidade, o curso aborda uma vasta gama de normas que versam sobre diferentes tipos de obrigações, como por exemplo, benefícios a empregados, provisões e passivos contingentes, tributos sobre o lucro etc. Também são abordadas normas relacionadas à mensuração dessas obrigações, mais especificamente o ajuste a valor presente e a mensuração a valor justo.

A partir da exploração do texto da norma, o curso inclui comentários e explicações em vídeo de professores especialistas nos temas, vídeos ou podcasts, comparações da norma internacional (IFRS) com a brasileira (CPC), exemplos ilustrativos e atividades de retenção de conceitos. Tudo isso pode ser explorado pelos participantes de forma assíncrona, garantindo-lhes grande flexibilidade em sua organização.

Observações

Para os cursos de Educação Executiva na modalidade EaD, os dados de acesso para início do curso serão enviados em dois dias úteis após a efetivação do pagamento.

Carga Horária Estimada
40 horas

Prazo
2 meses

A carga horária é composta pelas seguintes atividades: leitura do material, aulas virtuais, testes e /ou exercícios e prova.

O prazo para acesso ao material será considerado a partir do envio de login e senha de acesso ao participante.

Público-alvo

Profissionais de contabilidade, área financeira, controladoria e demais profissionais interessados na elaboração e compreensão das Demonstrações Financeiras harmonizadas com as IFRS.

Pré-requisito

Requer conhecimento prévio em Contabilidade.

Professores-autores

Ariovaldo dos Santos, Bruno Salotti, Tânia Regina Sordi Relvas, Roberta Carvalho de Alencar, Fabiana Lopes, Rudah Giasson Luccas e Guillermo Oscar Braunbeck.

Conteúdo Programático

ESTRUTURA CONCEITUAL

1. Introdução

- 1.1. Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral
- 1.2. Performance financeira refletida pelo regime de competência (*accruals*)

2. Características qualitativas da informação contábil-financeira útil

3. Procedimentos contábeis

4. Entidade que reporta

5. Elementos das demonstrações contábeis

- 5.1. Ativos
- 5.2. Aplicando a Estrutura Conceitual e a sua interação com o arcabouço normativo para o caso particular de ativos
- 5.3. Passivo

- 5.4. Patrimônio Líquido
- 5.5. Receitas e despesas
- 5.6. Transações com sócios
- 6. Reconhecimento (e desreconhecimento) dos elementos das demonstrações contábeis**
- 7. Mensuração dos elementos das demonstrações contábeis**
 - 7.1. Custo histórico
 - 7.2. Valor corrente (ou atual)
- 8. Apresentação e divulgação dos elementos nas demonstrações contábeis**
- 9. Conceitos de capital e manutenção de capital**

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (IAS 19 – CPC 33)

- 1. Introdução**
- 2. Benefícios a empregados**
- 3. Tipos de planos**
 - 3.1. Planos de contribuição definida (CD)
 - 3.2. Planos de benefício definido (BD)
- 4. Tratamento contábil dos benefícios**
 - 4.1. Planos CD
 - 4.2. Planos BD
- 5. Premissas atuariais**
 - 5.1. Taxa de desconto (CPC 33-R1)
 - 5.2. Mortalidade
- 6. Método de avaliação atuarial**
- 7. Ganhos e perdas atuariais**
- 8. Exemplos ilustrativos**

PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES (IFRS 2 – CPC 10)

- 1. Introdução**
- 2. Alcance**
- 3. Reconhecimento**
- 4. Transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais**
 - 4.1. Visão geral
 - 4.2. Transações em que serviços são recebidos
 - 4.3. Transação mensurada com base no valor justo do instrumento patrimonial outorgado
 - 4.3.1. Determinação do valor justo do instrumento patrimonial outorgado
 - 4.3.2. Tratamento da condição de aquisição de direito
 - 4.3.3. Tratamento da condição de não aquisição de direito
 - 4.3.4. Tratamento da característica de concessão automática
 - 4.3.5. Após a data de aquisição de direito
 - 4.3.6. Valor justo do instrumento patrimonial não pode ser mensurado com confiabilidade
 - 4.4. Modificação nos termos e condições sob os quais o instrumento patrimonial foi outorgado, incluindo cancelamento e liquidação
- 5. Transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa**

6. Transação com pagamento baseado em ações com alternativa de liquidação em caixa

6.1. Transações de pagamento baseadas em ações cujos termos do acordo permitem à contraparte a escolha da forma de liquidação

6. 2. Transação com pagamento baseado em ações cujos termos do acordo permitem à entidade a escolha da forma de liquidação

7. Transação com pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo

8. Divulgação

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (IAS 37 – CPC 25)

1. Introdução

2. Reconhecimento

2.1. Provisões

2.2. Obrigação presente

2.3. Evento passado

2.4. Saída provável de recursos

2.5. Estimativa confiável de obrigação

2.6. Passivos contingentes

2.7. Ativos contingentes

3. Mensuração

3.1. Melhor estimativa

3.2. Riscos e incertezas

3.3. Valor presente

3.4. Eventos futuros

3.5. Alienação esperada de ativos

4. Reembolsos

5. Mudanças nas provisões

6. Uso de provisões

7. Aplicação das regras de conhecimento e mensuração

7.1. Perdas operacionais futuras

7.2. Contratos onerosos

7.3. Reestruturação

8. Divulgação

9. Data de vigência

TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (IAS 12 – CPC 32)

1. Introdução

2. Base fiscal

2.1. Base Fiscal de um Ativo

2.2. Base Fiscal de um Passivo

3. Reconhecimento de passivos e ativos fiscais correntes

4. Reconhecimento de passivos e ativos fiscais diferidos

4.1. Diferenças temporárias tributáveis

4.2. Diferenças temporárias dedutíveis

5. Prejuízos e créditos fiscais não utilizados

6. Mensuração

7. Reconhecimento de tributos corrente e diferido

- 7.1. Itens reconhecidos no resultado
- 7.2. Itens reconhecidos fora do resultado
- 7.3. Tributo diferido decorrente de uma combinação de negócios

8. Divulgação

CONTABILIZAÇÃO DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E DIVULGAÇÃO DE ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL (IAS 20 – CPC 07)

1. Introdução

2. Subvenções governamentais

- 2.1. Subvenções governamentais não monetárias
- 2.2. Subvenções governamentais relacionadas a ativos
- 2.3. Subvenções governamentais relacionadas a receitas
- 2.4. Restituição de Subvenções governamentais

3. Assistência Governamental

4. Divulgação

5. Data de vigência

AJUSTE A VALOR PRESENTE (CPC 12)

1. Introdução

2. Mensuração

- 2.1. Diretrizes Gerais
- 2.2. Risco e Incerteza: Taxa de Desconto
- 2.3. Relevância e Confiabilidade
- 2.4. Custos x Benefícios
- 2.5. Diretrizes mais Específicas

3. Passivos Não Contratuais

4. Efeitos Fiscais

5. Classificação

6. Divulgação

7. Convergência do tratamento contábil e fiscal do ajuste a valor presente

MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO (IFRS 13 - CPC 46)

1. Objetivo

2. Alcance

3. Mensuração a Valor Justo

- 3.1. A Definição de Valor Justo
- 3.2. O Objeto da mensuração
- 3.3. A transação
- 3.4. O preço
- 3.5. Participantes do mercado
- 3.6. Informações utilizadas

4. Valor justo no reconhecimento inicial

5. Mensuração de ativos não financeiros

6. Mensuração de passivos e instrumentos patrimoniais próprios da entidade

- 6.1. Princípios gerais
- 6.2. Mensuração Derivada
- 6.3. Risco de descumprimento (non-performance)
- 6.4. Restrição que impede a transferência

- 6.5. Passivo financeiro com característica de demanda
- 6.6. Ativos e passivos financeiros gerenciados em bases líquidas
 - 6.6.1. Exposição a riscos de mercado

7. Técnicas de avaliação

- 7.1. Abordagem de Mercado
- 7.2. Abordagem de Resultado
- 7.3. Abordagem de Resultado

8. Hierarquia de valor justo

- 8.1. Informações de Nível 1
- 8.2. Informações de Nível 2
- 8.3. Informações de Nível 3

9. Divulgação

Critério de Avaliação

Somente terão direito ao certificado de conclusão nesse Curso os participantes que obtiverem conceito igual ou superior a 7,5 na Prova ou Reavaliação.

O certificado será enviado dentro de 45 dias, contados a partir do comunicado de aprovação que será enviado por e-mail.

Bibliografia Complementar Sugerida

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus Normas Brasileiras. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus Normas Brasileiras. v. 2. São Paulo: Atlas, 2010.

Materiais e Ferramentas On-line

O curso é composto por um conjunto de materiais e ferramentas de aprendizagem on-line disponíveis em ambiente de aprendizagem virtual. O material virtual é composto por volumes, um para cada norma abordada, em formato PDF e disponível para download.

Cada volume inclui as seguintes ferramentas de aprendizagem: 1) Texto Resumo do Tema, 2) link para Aulas Virtuais e seus slides em arquivo PDF, 3) link para Exemplos de demonstrações financeiras publicadas, 4) links para Anexos (pronunciamentos, normas ou outros materiais utilizados no curso), 5) link para Atividades de Retenção (Quizzes e Exercícios), e 6) pontos Para Reflexão. O material de leitura é base do curso e poderá ser mantido após o seu encerramento para consultas futuras. Além dessas ferramentas, também farão parte do curso, mais duas atividades: 7) Avaliação do Curso e 8) Prova.

A fim de facilitar a compreensão das ferramentas de aprendizagem contidas ou relacionadas ao material virtual, seus usos e aplicação, segue abaixo suas descrições:

1. Texto Resumo do Tema	O texto resumo do tema é estruturado de acordo com a norma internacional (IFRS) e traz comparações com a norma brasileira (CPC).
2. Aula Virtual	Aulas do professor-autor do curso gravadas em vídeo que podem ser intercaladas por apresentações de slides com narração por áudio. Estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e poderão ser acessadas diretamente por meio de links no Material do Curso. Elas facilitam a compreensão ou complementam o texto escrito podendo ser utilizadas para o desenvolvimento conceitual e teórico dos temas. Também podem ser utilizadas para desenvolvimento de exercícios práticos resolvidos passo a passo. Nessa abordagem, podem ser comparadas à aula expositiva clássica, sem interação. Permanecerá disponível no ambiente virtual de aprendizagem e poderá ser acessada a qualquer tempo e por quantas vezes o participante julgar necessário. Não é permitido fazer o download das aulas virtuais e seu acesso é limitado ao tempo em que o participante estiver matriculado no curso.
3. Exemplos	Serão destacados exemplos de demonstrações financeiras divulgadas no todo ou em parte que ilustrem a aplicação da norma.

4. Anexos	Serão destacados materiais relacionados ao tema disponíveis para acesso por meio de link no material. Podem ser matérias jornalísticas publicadas, normas ou vídeos disponíveis ao público geral na Internet.
5. Atividades de Retenção	As atividades de retenção podem ser divididas nas seguintes categorias: quizzes e exercícios. Quizzes - O Quiz é composto por testes de múltipla escolha desenvolvidos na ferramenta própria do LMS. Estão disponíveis por meio de links ao longo das unidades de aprendizagem e tem como principal objetivo facilitar a retenção dos conceitos abordados, além de estimular a participação ativa do estudante. A participação nessa atividade não será considerada nos critérios de avaliação. Exercícios - São atividades que requerem o desenvolvimento de cálculos e organização de demonstrações que, pela sua natureza e complexidade operacional serão disponibilizados como arquivos contendo os enunciados e as respectivas resoluções detalhadas. A exemplo dos quizzes podem ser acessados por meio de links do material e deverão ser resolvidos pelos participantes. A participação nessa atividade não será considerada nos critérios de avaliação.
6. Para Reflexão	São atividades que requerem dos participantes articulação dos conteúdos abordados no curso com a sua aplicação prática buscando o desenvolvimento de capacidades cognitivas de alto nível. Para tanto, serão propostas atividades nas quais os participantes exercitem suas capacidades de análise, síntese e avaliação. Tais atividades estão disponíveis no material e podem utilizar outros materiais vinculados como base para o desenvolvimento da atividade, tais como notícias, links e vídeos. A participação nessa atividade não será considerada nos critérios de avaliação.
7. Avaliação do Curso	Atividade proposta que objetiva colher as percepções dos estudantes em relação ao material e dinâmicas de aprendizagem programadas e empreendidas no curso. São realizadas por meio de questionário virtual.

8. Prova

A Prova é uma atividade de avaliação on-line composta por um conjunto de questões objetivas envolvendo testes e/ou exercícios relacionados ao conteúdo do curso. Estará disponível para realização a qualquer momento, porém, uma vez iniciada deverá ser concluída de uma só vez no período de duas horas. Sua nota é considerada como critério para aprovação no curso. Uma vez não lançado o percentual mínimo exigido para aprovação no curso, o participante poderá realizar prova de reavaliação.

FIPECAFI